

Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto e dá outras providências.

O Povo do Município de São Lagoas por seus representantes votou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado, como entidade autárquica municipal o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), com personalidade jurídica própria, sede e fóro na cidade de São Lagoas, dispondo de autonomia econômico-financeira e administrativa, dentro dos limites traçados na presente lei.

Art. 2º - O SAAE exercerá sua ação na cidade de São Lagoas, competindo ao serviço, com exclusividade, o seguinte:

- a) - Estudar, projetar e executar diretamente ou mediante contrato com organização especializada em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, que não forem objeto de convênio entre a Prefeitura e os órgãos federais ou estaduais específicos.
- b) - Atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução dos convênios firmados entre o Município e os órgãos federais e estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários.
- c) - Operar, manter, conservar e explorar diretamente, os serviços de água potável e de esgotos sanitários.
- d) - Lançar, fiscalizar e arrecadar as taxas e tarifas dos serviços de água e esgoto e as taxas de contribuição que incidirem sobre os terrenos beneficiados com tais serviços.

- 22
- e) - Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais.

Art. 3º - O SAAE será administrado por um diretor, de preferência engenheiro, indicado pelo Prefeito, mas sujeita a sua posse no cargo à decisão da maioria da Câmara Municipal. No caso do nome indicado ser rejeitado poderá o Prefeito fazer até 3 indicações, as quais, sendo rejeitadas, importará na nomeação do Diretor do Departamento pela Câmara Municipal, em uma única votação e pela maioria de seus membros.

§ 1º - Poderá a Prefeitura, pelo Executivo e Legislativo, contratar a administração do SAAE com uma organização oficial especializada em engenharia sanitária, como a "Fundação SESP" - Serviço Especial de Saúde Pública - ou órgão similar.

§ 2º - Incumbe ao Diretor, ou no caso do parágrafo anterior, à entidade administradora representar o SAAE ou promover-lhe a representação, em juízo ou fora dele.

Art. 4º - O patrimônio inicial do SAAE será constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município, atualmente destinados, empregados e utilizados nos sistemas públicos de água e esgotos sanitários, os quais lhe serão entregues sem qualquer ônus ou compensação pecuniária.

Art. 5º - A receita do SAAE provirá dos seguintes recursos:

- a) - do produto de quaisquer tributos e remunerações decorrentes diretamente dos serviços de água e esgoto, tais como: taxas e tarifas de água e esgoto; instalações, reparos, aferição, aluguel e conservação de registros, hidrômetros, serviços referentes a ligações de água e esgoto, prolongamento de redes por conta de terceiros, multas, etc.;
- b) - das taxas de contribuição que incidirem sobre terrenos beneficiados com os serviços de água e esgoto;
- c) - da subvenção que lhe for anualmente consignada no orçamento do município, cujo

valor máximo somente poderá atingir a 5% ²⁵ da
cota do imposto de renda atribuído ao municí-
pio;

- d) - dos auxílios, subvenções e créditos especi-
ais ou adicionais que lhe forem concedidos, in-
clusive para obras novas, pelos governos fe-
deral, estadual e municipal ou por organismos
de cooperação internacional; ainda dos donati-
vos de autarquias e outras entidades de assis-
tência;
- e) - do produto dos juros, sobre depósitos bancá-
rios e outras rendas patrimoniais;
- f) - a venda de bens patrimoniais deverá obede-
cer ao critério de concorrência pública; no
caso de venda de materiais inservíveis ado-
tar-se-á o mesmo sistema;
- g) - do produto de cauções ou depósitos que rever-
terem aos seus cofres por inadimplemento con-
tratual;
- h) - de doações, legados e outras rendas que, por
sua natureza ou finalidade, lhe devam caber.

Parágrafo único. - Mediante prévia autorização
dos poderes municipais (Executivo e Legislativo), poderá o SAAE rea-
lizar operações de crédito para antecipação de receita ou para ob-
tenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou
remodelação dos sistemas de água e esgoto.

Art. 6º - A classificação dos serviços de água e
esgoto, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão
serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. - As tarifas serão fixadas em tér-
mos de percentuais sobre o valor do salário mínimo da região, calcula-
dos de modo a assegurar em conjunto com outras rendas, a auto-
suficiência do SAAE, ficando, no entanto, vedada ao SAAE a obten-
ção de lucros de qualquer espécie ou a qualquer título, na explo-
ração do serviço. As tarifas, quando o SAAE solicitar majoração, só
serão efetivadas após sua apreciação pelos poderes municipais (E-
xecutivo e Legislativo), dependendo de aprovação através de Lei,
por ambos, sua validade perante os usuários; se for apurado "supe-
ravit", no final do exercício, será o mesmo aplicado na constitui-
ção de novas redes no exercício seguinte.

21
Art. 7º - Serão obrigatórios, nos termos do art. 36, do Decreto Federal nº 1974 de 21 de janeiro de 1961, os serviços de água e esgotos nos prédios considerados habitáveis, situados nos logradouros dotados das respectivas redes.

Art. 8º - Os proprietários de terrenos baldios, loteados ou não situados em logradouros dotados de redes públicas de distribuição de água ou esgotos sanitários, desprovidos das respectivas ligações, ficarão sujeitos ao pagamento de uma taxa de contribuição, na forma a ser fixada em regulamento.

Art. 9º - É vedada ao SAE isenção ou redução de tarifas dos serviços de água e esgoto, com exceção do Hospital NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS e da SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO.

Art. 10 - O SAE terá quadro próprio de empregados, os quais ficarão sujeitos ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. A admissão de funcionários será por concurso público, na forma da lei.

Parágrafo único - Compete à administração do SAE admitir, movimentar, dispensar seus empregados, de acordo com as normas a serem fixadas em regimento interno.

Art. 11 - Aplicam-se ao SAE naquilo que disser respeito aos seus bens, rendas e serviços, todas prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozam e que lhes caibam por lei.

Art. 12 - O SAE submeterá anualmente à aprovação dos poderes municipais (Executivo e Legislativo) o relatório de suas atividades e a prestação de contas do exercício anterior, até no máximo o dia 31 de março do ano seguinte.

Art. 13 - Fica aberto o crédito especial de R\$ 500,00 para ocorrer às despesas com a instalação do SAE.

Art. 14 - Os poderes municipais expedirão os atos necessários à completa regulamentação da presente lei.

§ 1º - A regulamentação de que trata este artigo compreenderá o regulamento dos serviços de água e esgotos; o regulamento das tarifas e taxas de contribuição e o regimento interno do SAE, regulamentos estes que serão feitos pelo Executivo e aprovados ou alterados pelo Legislativo.

Parâmetros.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal em 23 de dezembro de 1965.

Alípio Maciel
Prefeito Municipal